

RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.735 - AM (2019/0031614-1)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : EMERSON GOMES DE LIMA
ADVOGADO : LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS - AM002620
RECORRIDO : ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADOR : CARLOS ALEXANDRE MOREIRA DE CARVALHO MARTINS
DE MATOS E OUTRO(S) - AM002364

EMENTA

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. ACÓRDÃO RECORRIDO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Emerson Gomes de Lima, com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, assim ementado:

APELAÇÃO. DECISÃO DE MÉRITO TRANSITADO EM JULGADO. DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE. RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA MATERIAL. IMPOSSIBILIDADE POR OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. TEMA DE REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. O próprio Supremo Tribunal Federal vai de encontro quando o assunto é a relativização da coisa julgada material por posterior declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei ou ato normativo que serviu de fundamentação para decisão que transitou em julgado;
2. "Afirma-se, portanto, como tese de repercussão geral que a decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das sentenças anteriores que tenham adotado entendimento diferente." (Tema 733. RE nº 730.462 -SP);
3. No Mandado de Segurança nº 35.078, o Ministro Celso de Mello reafirmou esse entendimento do STF, afirmando que relativizar a coisa julgada material, mesmo diante da declaração de inconstitucionalidade superveniente da norma embasadora da decisão transitada em julgada, haveria consequências altamente lesivas à estabilidade das relações intersubjetivas, à exigência de certeza e de segurança jurídicas e à preservação do equilíbrio social
4. O órgão julgador não está obrigado a debruçar-se sobre todos os argumentos esboçados pelos litigantes, podendo compor a lide mediante os suficientes fundamento sem ofensa ao artigo 93, inciso IV da Constituição Federal;
5. Recurso conhecido e provido.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.

Nas razões de recurso especial, sustenta a parte recorrente interpretação

divergente dos arts. 108, IV, e 110, §1º, "c", da Lei n. 6.880/80, aduzindo direito do soldado aposentado por motivo de doença ou acidente em serviço aos proventos integrais da graduação imediata de 3º Sargento, e não somente ao soldo correspondente, consoante decidido no acórdão recorrido.

Houve contrarrazões (e-STJ fls. 328/338).

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

A insurgência não merece prosperar.

A Corte de Origem decidiu contrariamente à pretensão recursal em virtude da coisa julgada material já formada quando da posterior declaração de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal da Lei Estadual n. 1.154/75, a qual prevê, em seu art. 98, o direito pleiteado pelo ora recorrente.

Cito excerto do *decisum* (e-STJ fl. 247):

A decisão de mérito que denegou o Mandado de Segurança por ausência de direito líquido e certo da parte apelada teve como fundamento a, então, inconstitucionalidade da Lei nº 1.154/75 e transitou em julgado no dia 11.11.2010.

Ainda que a Lei de parâmetro tenha sido declarada constitucional em decisão superveniente do Supremo Tribunal Federal, **o efeito vinculante da decisão não possui o condão de desconstituir a coisa julgada material por afronta aos princípios da segurança jurídica e da estabilização das relações jurídicas.**

Portanto, reconheço da existência da coisa julgada material quanto o direito pleiteado.

Com relação à coisa julgada, decidiu-se que (e-STJ fl. 243/246):

No entanto, o próprio Supremo Tribunal Federal vai de encontro quando o assunto é a relativização da coisa julgada material por posterior declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei ou ato normativo que serviu de fundamentação para decisão que transitou em julgado.

Este foi o entendimento firmado no Tema 733 da sistemática da repercussão geral ao julgar o Recurso Extraordinário nº 730.462-SP:

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE PRECEITO NORMATIVO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. EFICÁCIA NORMATIVA E EFICÁCIA EXECUTIVA DA DECISÃO: DISTINÇÕES. INEXISTÊNCIA DE EFEITOS AUTOMÁTICOS SOBRE AS SENTENÇAS JUDICIAIS ANTERIORMENTE PROFERIDAS EM SENTIDO CONTRÁRIO. INDISPENSABILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO OU PROPOSITURA DE AÇÃO RESCISÓRIA PARA SUA REFORMA OU DESFAZIMENTO.

1. A sentença do Supremo Tribunal Federal que afirma a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo gera, no plano do ordenamento jurídico, a consequência (= eficácia normativa) de manter ou excluir a referida norma do sistema de direito.

2. Dessa sentença decorre também o efeito vinculante,

consistente em atribuir ao julgado uma qualificada força impositiva e obrigatória em relação a supervenientes atos administrativos ou judiciais (= eficácia executiva ou instrumental), que, para viabilizar-se, tem como instrumento próprio, embora não único, o da reclamação prevista no art. 102, I, T, da Carta Constitucional.

3. A eficácia executiva, por decorrer da sentença (e não da vigência da norma examinada), tem como termo inicial a data da publicação do acórdão do Supremo no Diário Oficial (art. 28 da Lei 9.868/1999). É, consequentemente, eficácia que atinge atos administrativos e decisões judiciais supervenientes a essa publicação, não os pretéritos, ainda que formados com suporte em norma posteriormente declarada inconstitucional.

4. Afirma-se, portanto, como tese de repercussão geral que a decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das sentenças anteriores que tenham adotado entendimento diferente; para que tal ocorra, será indispensável a interposição do recurso próprio ou, se for o caso, a propositura da ação rescisória própria, nos termos do art. 485, V, do CPC, observado o respectivo prazo decadencial (CPC, art. 495). Ressalva-se desse entendimento, quanto à indispensabilidade da ação rescisória, a questão relacionada à execução de efeitos futuros da sentença proferida em caso concreto sobre relações jurídicas de trato continuado.

5. No caso, mais de dois anos se passaram entre o trânsito em julgado da sentença no caso concreto reconhecendo, incidentalmente, a constitucionalidade do artigo 9º da Medida Provisória 2.164-41 (que acrescentou o artigo 29-C na Lei 8.036/90) e a superveniente decisão do STF que, em controle concentrado, declarou a inconstitucionalidade daquele preceito normativo, a significar, portanto, que aquela sentença é insuscetível de rescisão.

6. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (STF. RE nº 730.462-SP. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Relatoria: Ministro TEORI ZAVASCKI. Data do Julgamento: 28/05/2015. Data da Publicação: 09/09/2015)

A tese fixada pelo STF, sob a lavra do saudoso Ministro Teori Zavascki, defendeu que "a decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das decisões anteriores que tenham adotado entendimento diferente. Para que tal ocorra, será indispensável a interposição de recurso próprio ou, se for o caso, a propositura de ação rescisória própria, nos termos do art. 485 do CPC, observado o respectivo prazo decadencial", ou seja, atos pretéritos, mesmo que baseados em norma declarada inconstitucional, se tornam inatacáveis, por estarem protegidos pelo instituto da coisa julgada.

Em recente decisão, no Mandado de Segurança nº 35.078, o Ministro Celso de Mello reafirmou esse entendimento do STF, afirmando que relativizar a coisa julgada material, mesmo diante da declaração de inconstitucionalidade superveniente da norma embasadora da decisão transitada em julgada, haveria consequências altamente lesivas à estabilidade das relações intersubjetivas, a exigência de certeza e de

segurança jurídicas e à preservação do equilíbrio social: [...]

Depreende-se, portanto, que a controvérsia não pode ser analisada em sede de recurso especial, posto que restou decidida na origem com base no entendimento firmado pela Suprema Corte acerca da coisa julgada, de forma que acolher a pretensão recursal ensejaria usurpação da competência do STF. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PROFESSOR. DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA UTILIZANDO COMO PARÂMETRO A HORA ATIVIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E EM LEGISLAÇÃO DO ESTADO. CPC/2015. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO NOS AUTOS. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NESTA CORTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO.

I - Embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento ao agravo interno, confirmando a rejeição do recurso especial como representativo de controvérsia.

II - O sobrestamento do recurso especial de que trata o art. 1.031, § 2º, do CPC/2015, cumpre registrar que a providência ali prevista constitui mera faculdade do relator, quando considerar prejudicial o recurso extraordinário em relação ao especial.

III - Todavia, no caso dos autos, inexistente prejudicialidade do recurso extraordinário em relação ao especial, e sim a impossibilidade de conhecimento do recurso especial. Isso porque, apesar de estar em discussão a aplicação da Lei Federal n. 11.738/2008, **o Tribunal de origem decidiu a controvérsia sob fundamento exclusivamente constitucional, declarando a inconstitucionalidade do art. 2º, § 4º, da Lei n. 11.738/08, o que afasta a competência do Superior Tribunal de Justiça, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.** Assim, não é o caso de sobrestamento do recurso especial.

IV - Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos, nos termos da fundamentação.

(EDcl no AgInt no REsp 1632654/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 12/12/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator